

DESENHOS CADASTRAIS DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO URBANO DO CABIDO DA SÉ DE BRAGA (CA. 1821). UMA ANÁLISE PRELIMINAR

CADASTRAL DRAWINGS OF THE URBAN PROPERTY OF THE BRAGA'S CATHEDRAL CHAPTER (CA. 1821). A PRELIMINARY ANALYSIS

CARLA SOFIA FERNANDES XAVIER

Laboratório de Paisagens, Património e Território – Lab2PT
Universidade do Minho
carlaxavier@ics.uminho.pt

ANTÓNIO MANUEL PORTELA DE SÁ PEREIRA

Laboratório de Paisagens, Património e Território - Lab2PT
Universidade do Minho
aammpp@gmail.com

Recibido: 01/11/2017

Aceptado: 01/04/2018

RESUMEN: El dominio urbano del Cabildo de la Catedral de Braga ha generado un archivo diversificado de fuentes históricas, fundamental para el estudio del urbanismo de la ciudad. De los inicios del siglo XIX, hay un inusual conjunto de documentos relativos a las viviendas propiedad del Cabildo. Este artículo evalúa estas representaciones iconográficas de significación cartográfica mediante un enfoque metodológico multidisciplinar basado en diferentes tipos de fuentes, con el fin de analizar estos dibujos y proporcionar hipótesis interpretativas sobre su función.

PALABRAS CLAVE: Catedral de Braga, cabildo, ciudad, urbanismo

ABSTRACT: The urban domain of Braga's cathedral governing Chapter has generated a diverse archive of historical sources, vital for the investigation of the city's urbanism. Dating from the beginning of the 19th century, there is an unusual set of documents related to tenures of houses detained by the Chapter. This article relies preliminary on these iconographical representations of cartographic meaning through a multidisciplinary methodological approach sustained by different types of sources, as to analyze these drawings and to provide interpretative hypothesis about its function.

KEYWORDS: Braga's Cathedral, Chapter, town, urbanism

INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo fazer uma primeira abordagem de um conjunto de desenhos e notas cadastrais de bens imobiliários urbanos do cabido da Sé de Braga, situados num quarteirão da cidade de Braga (Fig. 1). Produzidos no primeiro quartel do século XIX, estes elementos localizam e confrontam bens e locatários, registando as dimensões das propriedades e algumas características relativas ao enquadramento contratual. Relativamente raro, este material permite formar um manancial de questões sobre o modo como o cabido atuava no terreno, no sentido de efetuar a gestão dos seus bens imobiliários, bem como recolher pistas para uma análise comparada da prática cadastral (Rigaudière, 2006; Touzery, 2007; Bourillon, Clergot, Vivier, 2008).

Juntamente com a função cadastral que está na origem dos desenhos em análise, estes assumem hoje o caráter de fontes iconográficas que procedem enquanto instrumentos de análise da paisagem urbana.

Não sendo possível situar no tempo e no espaço o início da utilização das fontes iconográficas no estudo dos meios urbanos, o período renascentista conhece um frutífero desenvolvimento das formas de representação em plantas e mapas, que visaram cartografar a organização e a estruturação do espaço urbano, como também a topografia urbana e o edificado das paisagens representadas. A mais antiga representação geral conhecida de algumas urbes europeias, nomeadamente portuguesas, está relacionada com o aparecimento de obras como a *Civitates Orbis Terrarum*¹, de Georg Braun e Franz Hogenberg, no decurso do século XVI para o século XVII (Bandeira, 2000).

É na convergência da utilização de diferentes tipos de fontes, tal como as iconográficas e as históricas, entre outras, que se consegue obter uma leitura diacrónica de um meio com a complexidade do meio urbano onde, por vezes, os fenómenos de alteração dos planos, da topografia e do edificado se processam de forma simultânea, ou quase simultânea (Pereira, 2012). No panorama ibérico, destaca-se particularmente o caso de alguns autores espanhóis que se centraram em cidades da região cantábrica, como Baiona (Bohaca e Arízaga Bolumburu, 2016), Vitória (Martínez Martínez e Arízaga Bolumburu, 2017) ou Pamplona, no sentido de procederem à interpretação das mutações urbanas das cidades históricas.

No panorama português, verifica-se que a abordagem interdisciplinar entre a História, a Geografia e os estudos de morfologia urbana, tem vindo a conhecer um incremento significativo nas investigações que envolvem a leitura e a interpretação

¹ Publicada na cidade de Colónia (Alemanha), entre 1572 e 1618.

do meio urbano. Desenvolvimento este que tem ocorrido em cidades, como Braga (Ribeiro, 2008), Chaves (Ribeiro, 2010) e Barcelos (Pereira, 2012), assim como noutras latitudes, onde historicamente se regista uma influência portuguesa no urbanismo das suas cidades, nomeadamente nos continentes africano e sul-americano (Teixeira e Valla, 2010).

Neste âmbito, a investigação efectuada adotou desde logo uma perspetiva interdisciplinar suscitada pela necessidade de uma compreensão mais abrangente da cidade em áreas como a Geografia Urbana de Braga Moderna e Contemporânea (Bandeira:1995 e 2000b) ou da Morfologia e da Evolução Urbana na longa duração (Ribeiro, 2008; Ribeiro e Melo, 2012), especialmente no campo da compreensão das continuidades e das rupturas do tecido urbano.



Fig. 1. Localização geográfica de Braga no norte de Portugal (cartografia dos autores).

Tendo como referência a forma como a propriedade urbana imobiliária se foi desenvolvendo em Braga, a nossa atenção concentrou-se na possibilidade de trabalhar sobre escalas mais reduzidas (Castilho, 2015). Com efeito, a complexidade do meio urbano está bem presente pela multitude de planos a que um mesmo local pode ser submetido do ponto de vista analítico, pelo que a possibilidade de estudar um espaço circunscrito (quarteirão), que podemos balizar espacial e cronologicamente,

configurou uma oportunidade privilegiada para o estudo da organização dos espaços à média escala.

Começaremos por discutir a forma como a evolução do tecido urbano de Braga vai sendo marcada, a partir do período medieval, pela emergência e consolidação de instituições com forte presença no mercado imobiliário, nomeadamente o cabido da Sé. Depois, faremos uma primeira análise descritiva da documentação utilizada, tentando avançar com a formulação de algumas hipóteses sobre a sua finalidade e o seu *modus operandi*. Finalmente, passando do papel para o tecido urbano, caracterizaremos internamente o quarteirão desenhado, bem como algumas particularidades das parcelas representadas e das suas divisões, tendo em vista a identificação e compreensão morfológica da massa urbana edificada e das suas dinâmicas internas.

1. O DOMÍNIO URBANO

O estudo da evolução urbana de Braga constitui hoje um projeto multidisciplinar, com resultados que se diversificam em múltiplos temas, tempos e espaços, gerando confluências e cruzamentos, numa tarefa de grande complexidade que atende à forma como se vão sucedendo as várias “cidades”, com traços de continuidade, diferentes marcas e momentos de inflexão, que exige constantemente uma atenção aos ritmos e às durações dos processos de construção e de ocupação do espaço (Ribeiro, 2008: 21). Não sendo o propósito deste trabalho dissecar os processos históricos do desenvolvimento urbano de Braga, importa, no entanto, fixar brevemente algumas características do seu perfil morfológico para a compreensão do tema aqui em estudo.

Da referida perspectiva do perfil urbano, retém-se antes de mais a noção de que Braga deve ser abordada desde o momento da sua fundação romana, *ex nihilo*, pelo imperador Augusto, acompanhando as suas transformações e percebendo através das marcas fossilizadas o traçado ortogonal romano, preenchido por uma extensa área urbana e organizado por espaços e edifícios públicos e privados (Ribeiro, 2008; Martins *et al.*, 2012).

A cidade que se desenvolve a partir da Idade Média tem como centro administrativo (e antes de mais simbólico) a zona envolvente da Sé catedral (Ribeiro, 2008). Se o percurso da cidade de Braga - sobretudo na Alta Idade Média - conhece uma sequência de momentos conturbados, que resultam numa ocupação mais constricta de área urbana comparativamente ao período romano, do ponto de vista administrativo assiste-se a uma progressiva afirmação arcebispal e capitular. Poder este que investe

cumulativamente na posse de bens, dentro dos quais se insere o património imobiliário urbano. Desde o século XII e até ao século XVIII, o aglomerado urbano de Braga passa a funcionar como um “senhorio eclesiástico”, dentro do qual se destaca o poder exercido pelos bispos e cabido no que ao espaço construído diz respeito (Ribeiro e Melo, 2012: 10).

Um dos traços medievais mais evidentes da formação do parcelamento urbano reside, sem dúvida, na forma como o cabido se transformou no principal proprietário. No século XIV, o poder eclesiástico estabelecido através do cabido refletia já um vasto conjunto patrimonial, maioritariamente constituído através de legados, doações, compras, onde se destacavam os bens imobiliários urbanos (Barros, 2009: 26-28). Esta posição dominante do cabido face à propriedade urbana parece conhecer um percurso exponencial à medida que a cidade avança para a época moderna.

Urbanisticamente, a cidade de Braga não escapou às tendências europeias dominantes que caracterizaram os séculos XVI e XVII, enquadradas no cariz de planeamento urbano, associado no seu arranque a D. Diogo de Sousa, arcebispo e senhor de Braga (1505-1532). Sobressai o aparecimento de novas ruas e praças que determinaram um tecido urbano mais regular, destacando-se fundamentalmente a maior largura das ruas e o aparecimento de parcelas mais homogéneas, também elas com uma frente maior para a rua e um menor desenvolvimento em profundidade. Paralelamente, as construções adquirem uma nova dimensão arquitetónica, inspiradas nos padrões clássicos, retomados no Renascimento (Bandeira, 2000a; Ribeiro, 2008). A cidade começa a expandir-se indo progressivamente ao encontro da transformação da propriedade rural em urbana, onde avultam as propriedades afetas ao cabido. Neste contexto de domínio territorial, o cabido, em meados do século XVIII, face ao seu avultado património, decide reorganizar o seu arquivo, criando instrumentos mais eficazes de gestão, em que se destacam os *Índices*, que arrumam toda a documentação com interesse patrimonial, e o *Mapa das ruas de Braga* (1750), um documento que desenha, por ruas, as fachadas das casas (Bandeira, 1995, 2000b). É neste âmbito que, formalmente, poderemos enquadrar o conjunto de desenhos cadastrais feitos pelo cabido da Sé de Braga no primeiro quartel do século XIX.

2. OS DESENHOS CADASTRAIS

Se olharmos para o *Mapa das ruas de Braga* podemos perguntar pelos esboços e notas de campo que nos bastidores permitiram chegar à representação das fachadas

das casas, e que não se conservaram. Os desenhos cadastrais que passaremos a analisar podem constituir, sob outro ângulo, uma amostra de um trabalho relativamente comum e em progresso que, pelas suas características, não se destinaria à produção de um documento formal e tão sofisticado como o referido *Mapa*. Não podendo ser abordados de forma isolada, estes desenhos devem, antes de mais, ser perspectivados como um instrumento de confrontação imobiliária, cuja função se enquadra na gestão corrente levada a cabo pelo cabido².

Os desenhos têm associados notas sobre os contratos relativos a cada uma das casas referenciadas, o que indicia o aproveitamento do *Índice dos prazos das casas* – que elenca e individualiza por cada casa os contratos enfitêuticos efectuados desde finais do século XV – e do *Mapa das ruas de Braga*, bem como informações provenientes de consultas circunstanciais a informantes sobre o tipo de ocupação das casas, a atualização das confrontações, prestação de contas e outro tipo de obrigações contratuais.

Com algumas variações, são sete os desenhos e todos eles se reportam ao mesmo quarteirão, designação que aqui utilizamos para fixar o espaço e as ruas que têm as suas casas confrontadas. Entenda-se que não estamos perante um conjunto organizado segundo uma lógica fechada ou com qualquer tipo de arquivamento. Ao invés, trata-se de um conjunto de elementos soltos, não numerados, não datados e sem autoria, com formatos e dimensões diferentes, em que os desenhos surgem avulsamente, reproduzindo uma representação cadastral. A estrutura e a forma como está disposta a informação contemplam o reaproveitamento de papéis já usados para outro efeito, facto que dificultou, numa primeira análise, a leitura e a interpretação do seu conteúdo. Não estando os desenhos datados, o critério para fixar um intervalo cronológico possível para a sua produção passa por considerar, por um lado, as datas dos elementos contratuais levantados e, por outro, as próprias datas que constam dos documentos reutilizados. Assim, a última data considerada nas listas contratuais é 1818, enquanto 1821 é a data mais recente dos documentos reutilizados, o que permite situar cronologicamente a série de desenhos no início da década de vinte do século XIX.

² Os desenhos cadastrais consultados encontram-se no fundo documental do cabido da Sé de Braga, existente no Arquivo Distrital de Braga. Na sequência da comunicação oral deste texto, no âmbito das II Jornadas Internacionais: Evolução dos Espaços Urbanos e seus Territórios no Noroeste da Península Ibérica (Braga, 23-24 de abril), foi possível integrar um dos desenhos na exposição cartográfica levada a cabo pelo Arquivo Distrital de Braga e pela Biblioteca Pública de Braga entre 4 e 30 de novembro de 2015 (Araújo, Sousa, Cunha, 2015, 35).

3. O QUARTEIRÃO E AS PARCELAS

Os desenhos fazem o levantamento de um espaço onde verificamos repetidamente a mesma referência e ponto de orientação: a rua dos Sapateiros. Ao redor, colocadas estrategicamente segundo os pontos cardeais, seguiam-se a rua de Maximinos a sul, a rua da Vielinha (hoje Violinha) a poente e a praça do Rossio a norte (Figs. 2 e 3).

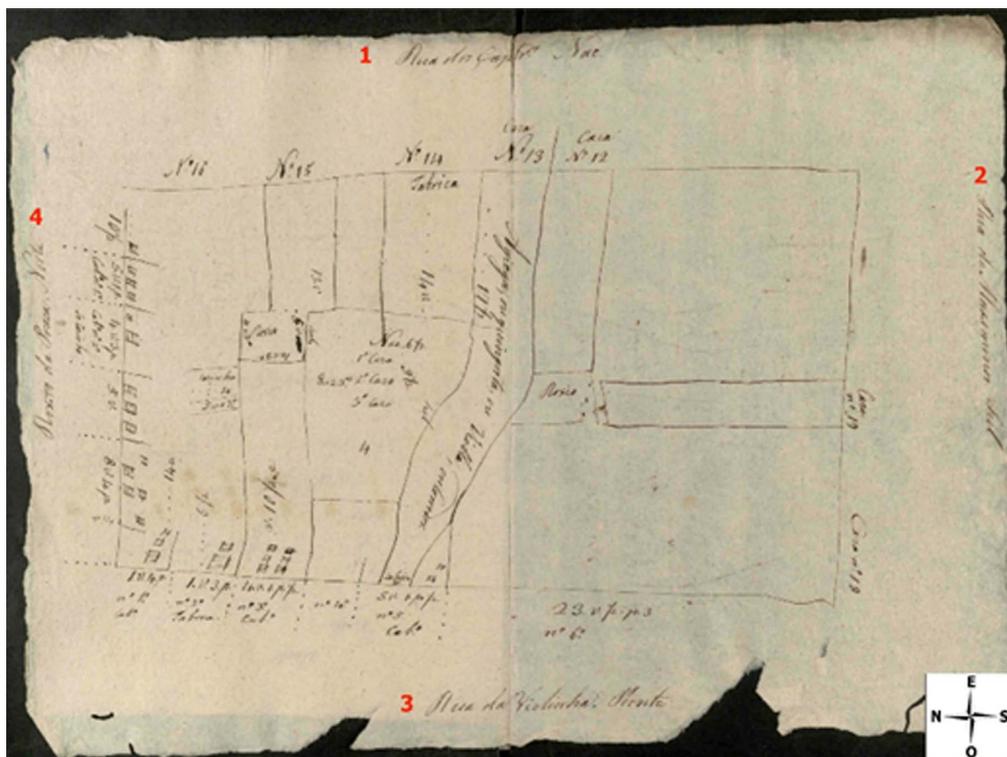


Fig. 2. Identificação do desenho cadastral [1] do quarteirão segundo a orientação das ruas: 1- Rua dos *Çapateiros*; 2- Rua de *Maximinos*; 3- *Vielinha*; 4- *Roxio da Praça* (Desenho cadastral: ADB - fundo documental do cabido da Sé de Braga).

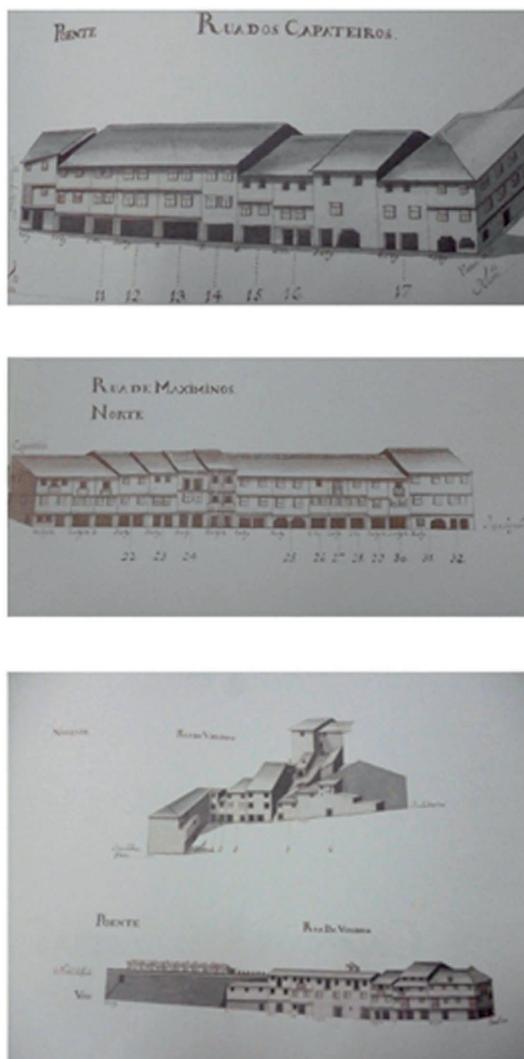


Fig. 3. Pormenores do *Mapa das ruas de Braga*, onde se destacam as ruas dos Sapateiros, Maximinos e da *Violinha* (Violinha) (fonte: ADB - *Mapa das Ruas de Braga*).

Com a finalidade de obter uma perspetiva mais abrangente do espaço em causa em relação à cidade, ensaiámos uma georreferenciação dos desenhos na malha atual, no *Mapa da cidade de Braga Primas* de André Soares de 1756 (Fig. 4) e na *Planta Topográfica da cidade de Braga* de Francisque Goullard de 1883-84 (Fig. 5).

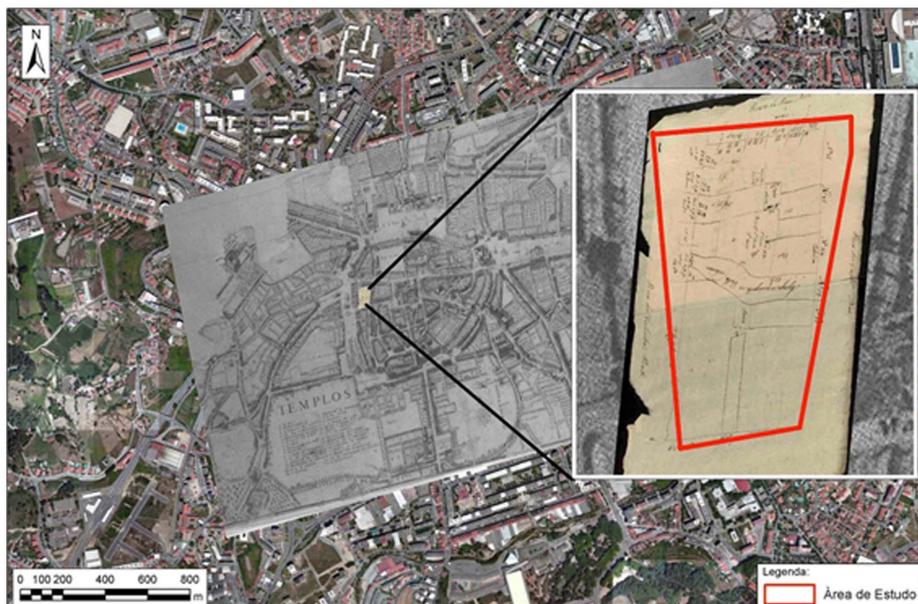


Fig. 4. Projeção do desenho cadastral [1] do quarteirão no mapa de André Soares (1756-1757) georreferenciado (imagens de satélite: Google; “Mapa da Cidade de Braga Primaz” de André Soares; Desenho cadastral: ADB - fundo documental do cabido da Sé de Braga).



Figura 5. Sobreposição do desenho cadastral [1] georreferenciado na Planta de Francisque Goullard (1883-1884) com projeção da rua D. Frei Caetano Brandão. (Base cartográfica: Bandeira, 2015; Desenho cadastral: ADB - fundo documental do cabido da Sé de Braga).

O quarteirão aqui em causa corresponde atualmente a um espaço definido pela Praça Velha (norte), rua Dom Frei Caetano Brandão (nascente), rua Dom Paio Mendes (sul) e a rua da Violinha (poente), nas imediações de um ponto de sobreposição entre as fases romana, medieval e moderna da cidade (Fig. 6).

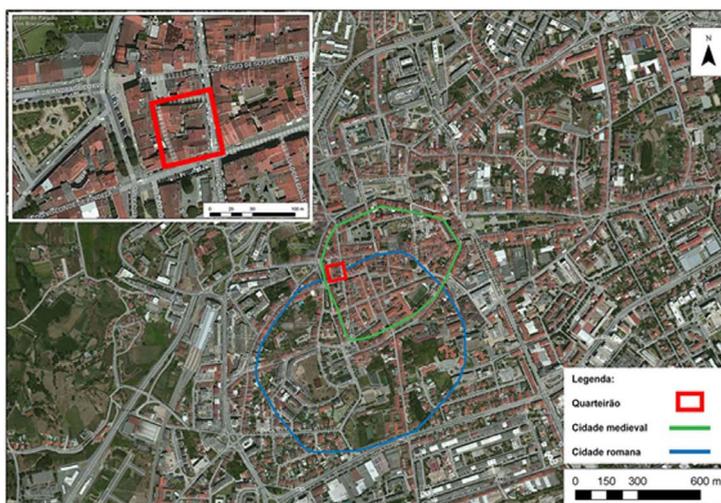


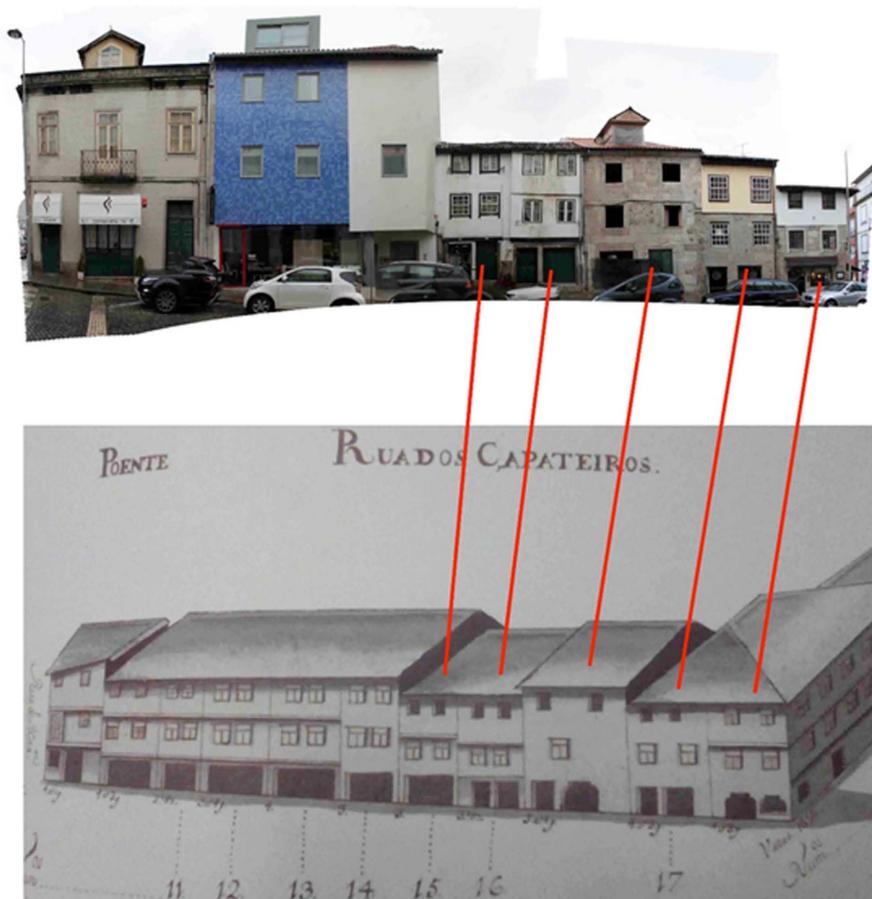
Fig. 6. Localização do quarteirão em estudo na malha urbana de Braga com a projeção dos limites das cidades romana e medieval (imagens de satélite: Google).

Tal como refere Maria do Carmo Ribeiro, este quarteirão possui uma génese medieval, encontrando-se contiguamente a norte de um dos pontos de confluência entre as muralhas romanas e medieval, ao mesmo tempo que constitui um importante testemunho para a identificação de um perímetro intermédio do sistema defensivo medieval da cidade (Ribeiro, 2008: 330).

Em plena época medieval, a génese do pequeno núcleo fortificado encontrava-se no quadrante NE da área da antiga cidade romana, estando o quarteirão localizado muito próximo da interseção da muralha romana com a nova cerca, construída a oeste e sul. A partir do século XIII e até ao século XV, deixará de configurar um espaço situado na orla da urbe para passar a integrar completamente o espaço urbano, já que o pequeno núcleo urbano de Braga parece conhecer contínuas ampliações para norte, pautadas pelo alargamento sucessivo do sistema defensivo (Ribeiro, 2008).

O século XIX marca o início de uma fase que tem tanto de transformadora como de destruidora dos traçados urbanos anteriores. Um desses exemplos é precisamente a rua dos Sapateiros, cujo perfil sinuoso ainda subserviente das artérias do período

medieval é substituído pela regularidade da atual rua D. Frei Caetano Brandão (Ribeiro, 2008: 467) (Figs. 5 e 7).



Figs. 7a e 7b. Comparação entre o edificado da atual rua D. Frei Caetano Brandão e da rua dos Sapateiros no *Mapa das ruas de Braga* (fonte: ADB - *Mappa das Ruas de Braga; Ortofotografia dos autores*).

Fazendo uma síntese provisória da representação cadastral, o quarteirão é representado com uma forma regular, fronteirado em todos os extremos por casas identificadas com a designação numérica que aparece no *Mapa das ruas de Braga* e no *Índice dos prazos das casas* de meados do século XVIII: 6 estão voltadas à rua dos Sapateiros, 5 ao Roxio da Praça, 6 à rua da Violinha e 2 à rua de Maximinos (Fig. 8).

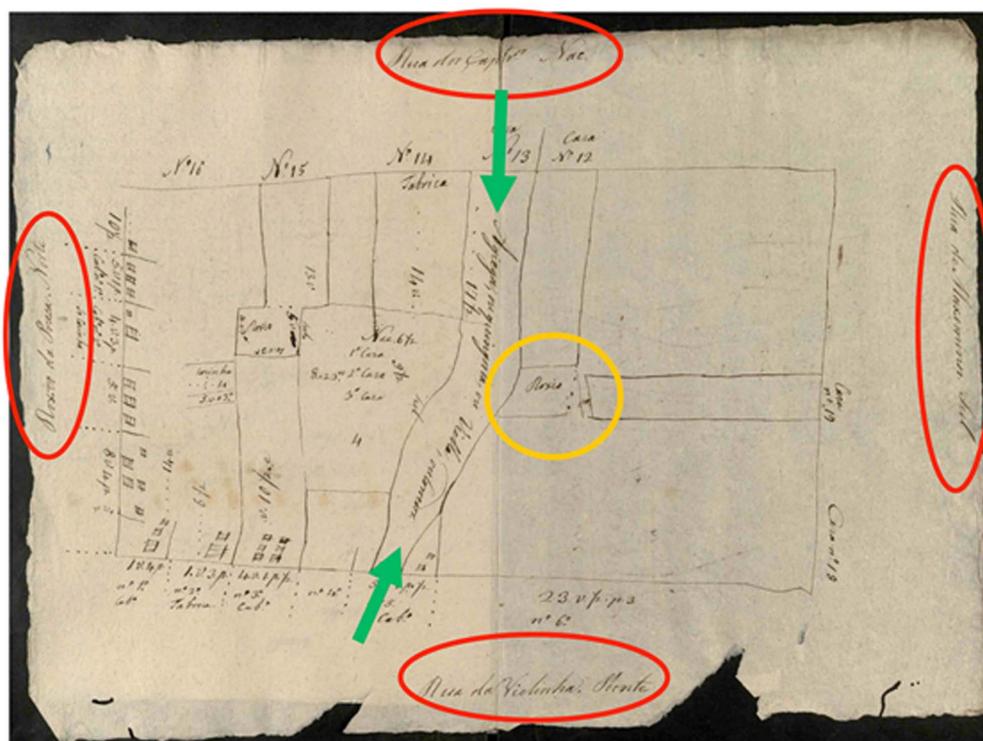


Fig. 8. Desenho cadastral [1] com a localização das ruas delimitadoras, onde se observa a existência de uma ligação entre a rua dos Sapateiros e a rua da Violinha. Observa-se igualmente a localização das zonas de rossio no interior do quarteirão (Desenho cadastral: ADB - fundo documental do cabido da Sé de Braga).

A meio do quarteirão, encontramos uma pequena artéria de ligação entre a rua dos Sapateiros e a rua da Violinha, denominada por Agiega, Quingosta, Viela ou Corredor, que permitia, segundo o desenho cadastral [1] o acesso a mais 3 casas. Possivelmente, tratar-se-ia de uma passagem muito estreita e com um trânsito muito reduzido e que deveria ter habitações por cima (cf. casa nº 13).

A representação leva também a considerar que haja uma maior concentração de edificações nas áreas mais periféricas do quarteirão por oposição à parte central onde se verifica a existência de zonas não edificadas, os “roxios”. Este fenómeno, de resto, é algo que podemos observar na transição do mapa de André Soares para a planta de Francisque Goullard, onde é notória a densificação do espaço interior (Fig. 9).

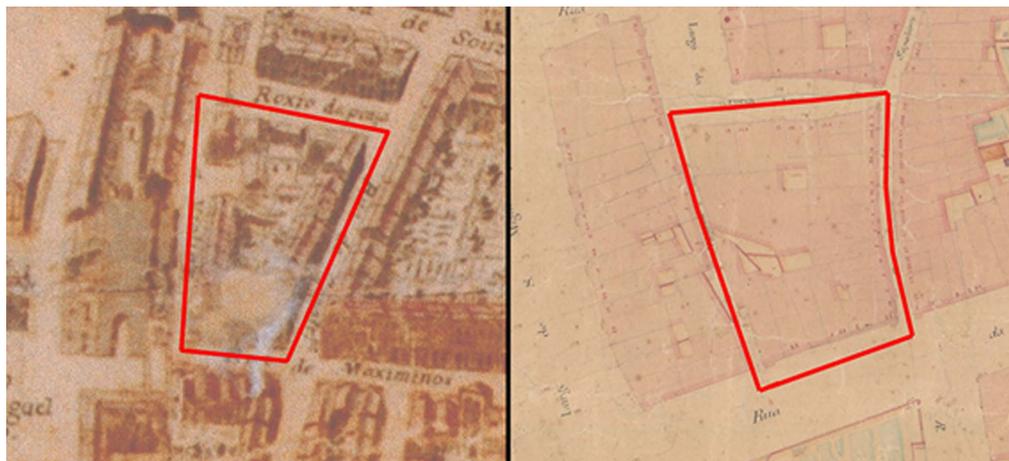


Fig. 9. Evolução da massa construída no quarteirão. Comparação estabelecida entre o mapa de André Soares (1756-1757) (esquerda) para a planta de Francisque Goullard (1883-1884) (direita) onde é notória a densificação do espaço interior (“Mapa da Cidade de Braga Primaz” de André Soares; Base cartográfica de Francisque Goullard: Bandeira, 2015).

O processo de reconstituição cartográfica do documento surpreendeu alguns dados relativos ao *modus operandi* do(s) desenhador(es), ainda que sempre implicitamente subjacentes à informação registada. A forma como a informação está registada mostra tratar-se de um reconhecimento presencial em que há um agente que se desloca ao local para arrolar a informação. A parcela é reconhecida como “casa” e identificada através de uma designação numérica, sendo também registada a informação relativamente às dimensões das parcelas (em varas e pés), numa ação de levantamento de uma espécie de permilagem das propriedades, o destinatário do pagamento do tributo e, obviamente, a sua localização no espaço do quarteirão. É bastante explícita a referência à necessidade do “procurador” em perceber a que parcela pertencia um determinado quintal (Fig. 10).

O que se torna visível é que a evolução do edificado foi constituindo um desafio para os instrumentos de gestão. Um dado que nos parece ser relevante é precisamente o nível de detalhe da descrição, que se reduz até à escala do detalhe das subdivisões das casas.

No quarteirão dos Sapateiros, encontramos referência a “casa”, “cozinha”, “quintal” e “roxio”, sendo que parece haver um especial cuidado em localizar as cozinhas existentes. Neste conceito do espaço parcelar, a atenção do “procurador” do cabido focou-se na identificação da cozinha ou dos rossios, sendo estes várias vezes mencionados.

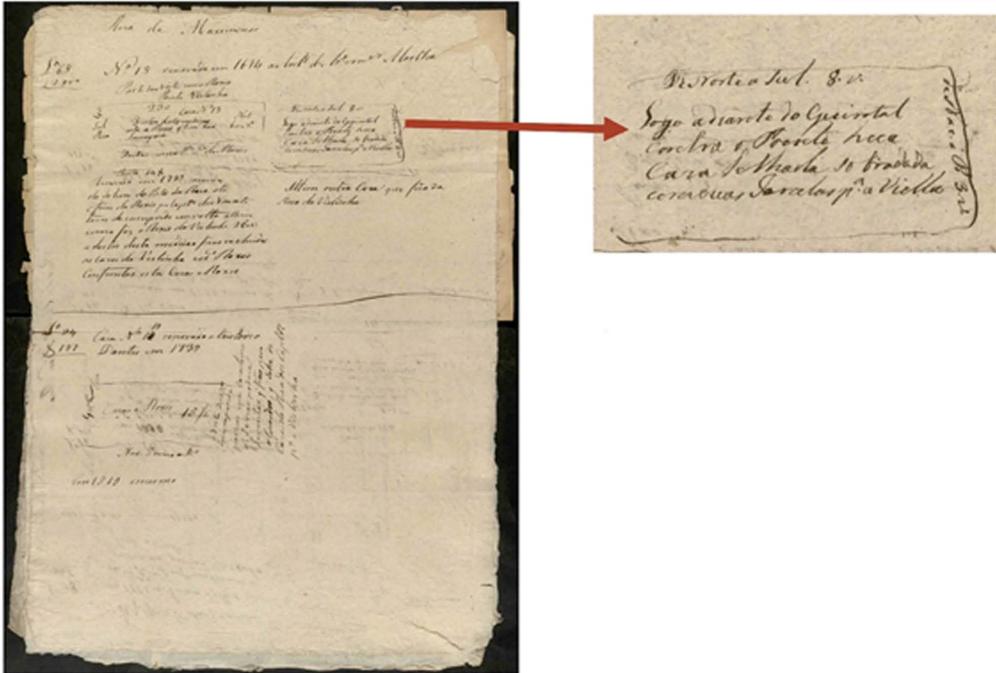


Fig. 10. Pormenor da utilização de quintal como referência de identificação de uma casa. Transcrição do texto: “Logo adiante do Quintal contra o Poente hua caza telhada sobradada com suas Janelas para a Viella” (Desenho cadastral: ADB - fundo documental do cabido da Sé de Braga).

A forma como podemos idealizar a planta destas parcelas traduz-se, essencialmente, num primeiro espaço com ligação à rua e depois, em alguns casos, expandindo-se para o interior do quarteirão onde se verifica a existência de cozinhas ou de quintais (Figs. 11 e 12). Alguns dos desenhos ostentam a representação daquilo que nos parece ser a fachada, provavelmente com o intuito de realizar alguma contagem ou discernir a existência de vários andares e, porque não, até múltiplas habitações (Fig. 13).

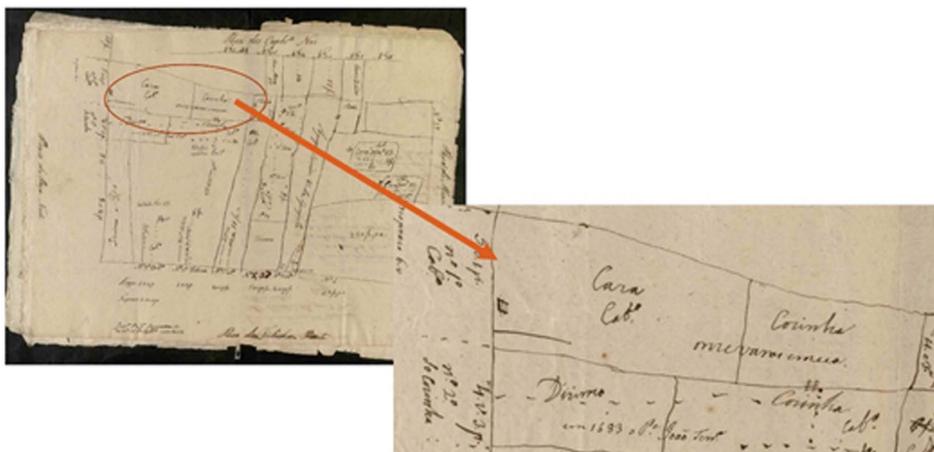


Fig. 11. Pormenor do desenho cadastral [2] com exemplo de organização de uma habitação (Desenho cadastral: ADB - fundo documental do cabido da Sé de Braga).

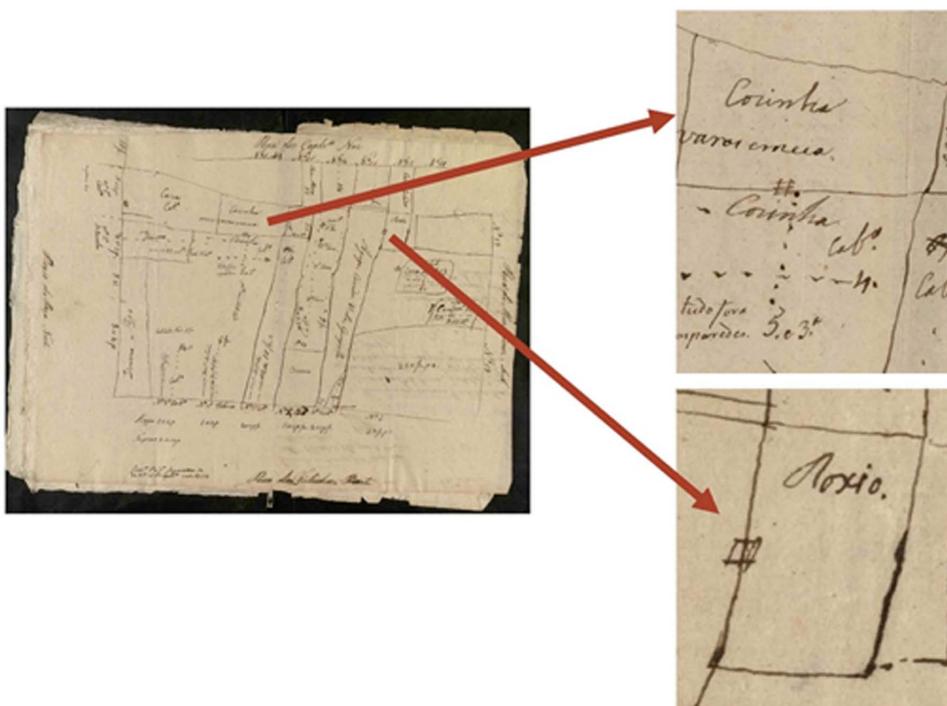


Fig. 12. Pormenor da individualização funcional dos espaços apontados no desenho cadastral [2] (Desenho cadastral: ADB - fundo documental do cabido da Sé de Braga).



Fig. 13. Pormenor da representação de fachadas com o registo dos destinatários dos pagamentos no desenho cadastral [3] (Desenho cadastral: ADB - fundo documental do cabido da Sé de Braga).

CONCLUSÃO

Os desenhos cadastrais constituem uma fonte importante para o estudo do urbanismo e da habitação bracarense num século de transformações tão acentuadas como o século XIX, permitindo estender o campo de análise ao nível da constituição dos quarteirões ou da caracterização funcional das divisões das parcelas. O potencial que evidenciam, ao reunir informação escrita e gráfica da habitação corrente, oferece uma perspetiva privilegiada para o estudo de uma temática complexa, e muitas vezes invisível pela inexistência de registos.

Para finalizar, pretendemos deixar em aberto as hipóteses relacionadas com a habitação corrente dos inícios do século XIX. É perceptível que parte do objetivo dos desenhos é perceber a que casa ou parcela pertence determinada cozinha ou determinado

quintal. Este tipo de preocupação cadastral evidencia que estas divisões poderiam ser menos conhecidas por parte do cabido. A questão que colocamos relaciona-se com possibilidade de estes reconhecimentos refletirem a fase em que se transita para uma acentuada repartição funcional do espaço doméstico, que se materializa pelo aparecimento de novos acrescentos e divisões e que tendencialmente ocorrem para o interior dos quarteirões, mas também em altura com o acréscimo de novos pisos.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, E., SOUSA, A. e CUNHA, R. (2015). *A universal pintura: a cartografia nas coleções da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga*, Biblioteca Pública de Braga, Arquivo Distrital de Braga e VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Braga.
- ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA (1989-91). *Mappa das Ruas de Braga*, Vols. I e II, Arquivo Distrital de Braga, Braga.
- BANDEIRA, M. (1995). “A Enfiteuse nas estruturas urbanas de Braga setecentista”, *Cadernos do Noroeste*, 8 (1): 39-88.
- BANDEIRA, M. (2000a). “D. Diogo de Sousa, o urbanista: leituras e texturas de uma cidade refundada”, *Bracara Augusta*, XLIX, Nº 103 (116): 19-58.
- BANDEIRA, M. (2000b). *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*, Edições Afrontamento, Porto.
- BANDEIRA, M. (2015). *Planta Topográfica da Cidade de Braga de Francisque Goullard (1883/84). Da engenharia militar de antigo regime à afirmação tecnológica liberal*, Câmara Municipal de Braga, Braga.
- BARROS, A. (2009). “A aquisição de bens pelo Cabido de Braga (1300-1350)”, *Estudos Humanísticos. História*, 8: 25-44.
- BOCHACA, M. e ARÍZAGA BOLUMBURU, B (2016). *Bayonne au Moyen Âge: topographie et paysages urbains*, B.A.B., Universidad de Cantabria.
- BOURILLON, F., CLERGOT, P. e VIVIER, N. (dir.) (2008). *De l'estime au cadastre en Europe. Les systèmes cadastraux aux XIX^e et XX^e siècles*. Actes du Colloque, Comité pour L'Histoire Économique et Financière de la France, Paris.
- CASTILHO, L. A. M. (2015). “Onde moravam os outros? - A casa corrente na época moderna (a cidade de Viseu como estudo de caso)”, *CEM/Cultura, Espaço e Memória*, 6: 61-72.
- MARTÍNEZ MARTÍNEZ, S. e ARÍZAGA BOLUMBURU, B. (2017a). *Vitoria en la Edad Media: Historia y desarrollo urbano*, B.A.B., Universidad de Cantabria.
- MARTÍNEZ MARTÍNEZ, S. e ARÍZAGA BOLUMBURU, B. (2017b). *Pamplona en la Edad Media: Historia y desarrollo urbano*. B.A.B, Universidad de Cantabria.

- MARTINS, M., RIBEIRO, J., MAGALHÃES, F. e BRAGA, C. (2012). “Urbanismo e arquitetura de *Bracara Augusta*. Sociedade, economia e lazer”, in M. C. Ribeiro e A. Melo (eds.), *Evolução da Paisagem Urbana: sociedade e economia*, CITCEM, Braga, pp. 29-68.
- PEREIRA, A. (2012). *Análise diacrónica do tecido histórico de Barcelos: o sistema defensivo medieval*, Universidade do Minho, Braga. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/23248>
- RIBEIRO, J. M. G. (2010). *O tecido urbano flaviense: de Aquae Flaviae a Chaves Medieval*, Universidade do Minho, Braga. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/13805>
- RIBEIRO, M. C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, Universidade do Minho, Braga. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/8113>
- RIBEIRO, M. C. e MELO, A. (2012). “A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval”, *Medievalista online*, 12. Disponível em: http://www2.fesh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12/melo_ribeiro1207.html
- RIGAUDIÈRE, A. (dir.) (2006). *De l'estime au cadastre en Europe. Le Moyen Âge*. Actes du Colloque, Comité pour L'Histoire Économique et Financière de la France, Paris.
- TEIXEIRA, M. C e VALLA, M. (1999). *O Urbanismo Português: Séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*, Livros Horizonte, Lisboa.
- TOUZERY, M. (dir.) (2007). *De l'estime au cadastre en Europe. L'époque moderne*. Actes du Colloque, Comité pour L'Histoire Économique et Financière de la France, Paris.